

Centralidade da Família: diferentes olhares sobre a mesma realidade

Resumo

Este artigo tem como tema a centralidade da família no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família no município de Cariacica (ES), no período de 2005. Com o objetivo geral de analisar as concepções que orientam a centralidade das famílias nas políticas sociais e no programa Bolsa Família. O objetivo específico foi de verificar a percepção das famílias sobre essa centralidade. A pesquisa empírica incluiu um trabalho em grupo com trinta e oito (38) famílias, tendo sido utilizada a técnica do Teatro do Oprimido (BOAL, 1994). A revisão teórica indica que o programa Bolsa Família, embora coloque a família como central, não cria condições para que ela exerça seu poder; transfere responsabilidades pela permanência das crianças na escola, além de outras obrigações, mas não oferece políticas sociais que a incluam numa rede de proteção social. Os resultados indicam que as famílias têm um discurso crítico quanto ao papel do Estado. Demonstram que não têm uma relação de submissão e subserviência. Quanto às mudanças ocorridas nas famílias a partir da inclusão no programa, alguns participantes relataram melhoras e outros disseram que nada mudou. Constatou-se que o programa Bolsa Família não está totalmente viabilizado no município de Cariacica; há desarticulação entre as secretarias e não são realizadas reuniões com as famílias. Que centralidade é essa em que a família não é ouvida?

Palavras-chave: Política Social, Assistência Social e Família.

Introdução

Este artigo tem como tema a centralidade da família no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

A opção por estudar o programa Bolsa Família levou em consideração a centralidade que a família vem assumindo nesta política social e por ser esse um dos principais programas brasileiros de transferência de renda.

Esta pesquisa abrange as famílias inseridas no programa Bolsa Família no município de Cariacica (ES) no período de 2005. Esse município vem enfrentando problemas econômicos, sociais, políticos e culturais que se agravaram pelo descaso das últimas gestões municipais. As famílias foram abandonadas à própria sorte e se sujeitaram a serviços sociais precários e a iniciativas governamentais direcionadas para atender a interesses políticos e eleitoreiros. Não foram implantadas políticas públicas nem foram tomadas medidas adequadas ao enfrentamento da miséria, da pobreza, da violência e da desigualdade social.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as concepções que orientam a centralidade das famílias nas políticas sociais e no programa Bolsa Família. O objetivo específico foi o de verificar a percepção das famílias sobre essa centralidade.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória. O estudo bibliográfico direcionou-se para o aprofundamento da categoria teórica família, com base em: Ariès (1981), Engels (1985), Samara (1987), Da Matta (1987), Carvalho (2000), Sarti (2004; 2005) e Sawaia (2004). Para a contextualização da política brasileira de transferência de renda foram consultadas Silva e Silva; Yasbeck; Giovani (2004) e Pereira (1994; 2004).

A pesquisa empírica incluiu um trabalho em grupo com as famílias, tendo sido utilizada a técnica do Teatro do Oprimido (BOAL, 1994) e debatidas questões relacionadas à sua centralidade no programa Bolsa Família.

Esta pesquisa faz parte de um projeto ampliado coordenado pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS) da Universidade Federal do Espírito Santo.

Na definição da amostragem foi considerado o fato de o município de Cariacica possuir 17.384 famílias cadastradas no programa Bolsa Família em 2005. A escola Zaíra Manhães de Andrade, localizada no bairro Nova Rosa da Penha, foi escolhida como universo da pesquisa por ser a escola do município com maior número de alunos que recebem o benefício (total de 450). A inclusão das famílias teve como critério estarem cadastradas há

mais de um ano no programa. Após a análise do cadastro, cem (100) famílias foram convidadas a participar da pesquisa; dessas, trinta e oito (38) compareceram.

No dia do encontro as famílias receberam esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa e outros procedimentos éticos. Os presentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar. Em seguida foram divididos em quatro grupos (com um coordenador, um relator e um observador), que receberam questões diferenciadas para o debate. Ao final dos trabalhos, as famílias apresentaram os resultados através de uma encenação (baseada na técnica do teatro do oprimido), que possibilitou a contribuição e participação de todos.

Os resultados dos grupos foram gravados, e as fitas, transcritas. A análise dos dados possibilitou destacar as palavras-chaves, agrupando-as por temática, semelhanças e diferenças. Os resultados aqui apresentados referem-se à centralidade da família no programa Bolsa Família no município de Cariacica.

1 A centralidade da família no programa Bolsa Família

Ao abordar esse tema, é fundamental rever o lugar que a família vem ocupando nas políticas sociais ao longo da história. Embora a família seja a base sobre a qual se apóiam algumas atividades de bem-estar, tanto nos países capitalistas centrais, quanto nos periféricos, o que se observa é que as políticas de família não têm gerado impactos positivos sobre a estrutura e os recursos familiares (PEREIRA, 2004).

Após a segunda guerra mundial, com a consolidação do Estado de bem-estar nos países centrais, este passa a regular a economia e a realizar um conjunto de ações na área da proteção social que visavam garantir o pleno emprego. Tais ações possibilitaram a extensão dos direitos sociais, a oferta universal de serviços sociais e a “institucionalização da assistência social como rede de defesa contra a pobreza absoluta” (PEREIRA, 1994, p. 3). Nesse período, a família não era um elemento central no enfrentamento da questão social, isto é, o Estado assumia a proteção e a reprodução social como missão (CARVALHO, 2000).

A partir da década de 1970, com a deflagração da crise econômica mundial, a família foi redescoberta como fonte privilegiada de proteção social. Em quase todos os países da Europa Ocidental foram implantadas políticas sociais direcionadas à família (PEREIRA, 2004). A idéia de que o Estado deve compartilhar com as famílias a responsabilidade de

proporcionar proteção social se expandiu no Brasil, principalmente a partir da década de 1980.

Nesse contexto, abre-se caminho para o desenvolvimento da doutrina do pluralismo de bem-estar social, “um modelo misto ou plural de proteção social” que envolve o Estado, o mercado e a sociedade. Ocorre uma privatização das responsabilidades públicas, com quebra da garantia de direitos. O Estado elege a família e a sociedade como “parceiros” na busca do desenvolvimento e da proteção social, incentivando o voluntarismo e a solidariedade (PEREIRA, 2004, p. 25).

O contexto em que a família passa a ser considerada central na execução de políticas públicas é caracterizado pela implantação de um Estado mínimo, ocorrendo redução do investimento público na área social.

No momento em que os programas sociais deveriam respaldar as famílias, garantir a sua proteção, desenvolver estratégias para o seu fortalecimento na luta por direitos e pela conquista de políticas universais, o Estado exige que a família ocupe o lugar que é seu: o “Estado-Providência” é substituído pela “Sociedade Providência”. Isso constitui uma inversão de papéis (MESTRINER, 2000).

Na ausência de direitos sociais, os indivíduos buscam na família o apoio para lidar com suas dificuldades. A família é revalorizada em sua função socializadora. “É convocada a exercer a autoridade e definir limites” (CARVALHO, 2000, p. 16).

Inúmeros programas procuram envolver a família e a comunidade nos projetos e serviços públicos. Essas mudanças ocorrem num momento em que as famílias passam por um processo de pauperização e vêm deteriorar sua qualidade de vida; o que exigiria do Estado o cumprimento de suas responsabilidades na garantia dos direitos e proteção às famílias.

Para Sawaia (2004, p. 42), ao se isentar dos deveres de prover o cuidado dos cidadãos, o Estado “sobrecarrega a família, conclamando-a a ser parceira da escola e das políticas públicas, e a sociedade, atônita, na ausência de ‘lugares com calor’, elege-a como o lugar da proteção social e psicológica”.

Sem proteção do Estado, as famílias ficam fragilizadas e buscam estratégias de sobrevivência, que podem ser percebidas nas redes de solidariedade, como: parentes, vizinhos, pastorais, projetos sociais, Igreja, entre outros espaços.

A centralidade da família nas políticas sociais ganhou visibilidade, no Brasil, com o projeto de lei, aprovado em dezembro de 1991, denominado Programa de Garantia de Renda Mínima (BRASIL, 1991), que vinculou a renda mínima à família e à educação.

Partidos progressistas que assumiram governos estaduais e municipais implantaram programas de transferência de renda que se expandiram a partir de 1995. De forma geral, o repasse dos recursos às famílias pobres estava condicionado ao ingresso e permanência das crianças na escola. A família foi responsabilizada por essa permanência, tendo como obrigação acompanhar o desempenho dos filhos.

O princípio que orientava esses programas era o de que a associação entre a renda e a educação poderia interromper o círculo da pobreza que se reproduz entre as gerações. Entre eles, o programa Bolsa Escola, criado pelo Governo Federal em 2001, concedia uma quantia no valor de R\$ 15,00 por criança matriculada, desde que esta freqüentasse regularmente a escola pública.

Em 2004, com o objetivo de promover uma rede nacional de proteção social, o governo Lula reuniu o programa Bolsa Escola com outros programas de políticas públicas (bolsa-alimentação, cartão-alimentação e auxílio-gás), transformando-os no atual programa Bolsa Família (Lei nº 10.836 de 09/01/2004).

No seu desenho atual, o Bolsa Família destina-se a famílias indigentes, com renda *per capita* familiar de até R\$ 50,00, e a famílias consideradas pobres, com renda *per capita* familiar de até R\$ 100,00, de modo que o primeiro grupo de famílias recebe um benefício fixo no valor de R\$ 50,00, podendo receber mais R\$ 15,00 por cada filho de até 15 anos de idade, no máximo três filhos, podendo, portanto, receber um benefício total de até R\$ 95,00 por família (SILVA E SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2004, p. 137).

Para Behring (2003), os inúmeros programas nacionais, estaduais e locais que envolvem transferências monetárias para segmentos em situação de risco, possuem uma abordagem compensatória e focalizada na pobreza e, sobretudo, na indigência. Utilizam critérios estreitos, que restringem seu raio de cobertura. São “tentativas de inserir as famílias no circuito do consumo, combinadas ao incentivo, à educação, mas com impacto muito limitado, tanto pelo valor das bolsas quanto pelos critérios de acesso” (BEHRING, 2003, p. 253).

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a família é fundamental para aqueles que estão em situação de pobreza. Entretanto, ela precisa ser incluída numa rede de proteção social para que possa exercer sua função socializadora e protetiva. Não adianta a família ser considerada central nas políticas públicas se os programas de transferência de renda apenas repassam valores monetários, sem se articularem a outras políticas sociais que possibilitem a autonomia das famílias pobres. Ao invés de pressionar para que as famílias assumam responsabilidades além dos seus limites, os programas sociais deveriam oferecer possibilidades de emprego, renda, educação e de uma participação ativa nos espaços públicos.

Ao abordar a centralidade atribuída às famílias na execução de políticas de transferência de renda, é importante compreender as mudanças por que passam essas famílias em sua organização, gestão e estrutura; é fundamental analisar o caráter contraditório delas, tendo em vista que, se, por um lado, é um espaço onde indivíduos se sentem acolhidos, protegidos, onde a sociabilidade humana se desenvolve, onde ocorre a transmissão da cultura, por outro lado, pode ser local de violência, de traumas e de rupturas (PEREIRA, 2004). Elementos que serão abordados no próximo item.

2 A família em processo de mudança

Atualmente, mudanças no enfoque e na concepção de família são indicativos de que não existe um conceito único, e que as concepções variam através dos tempos e da cultura (ZIMERMANN; OSÓRIO, 1997). Pensada inicialmente como unidade biológica, passa a ser analisada por sua natureza social (terreno da cultura) e posteriormente na perspectiva da reprodução da força de trabalho e de propagação da ideologia dominante.

A família, “nas teorias sociais e humanas, ora é enaltecida, ora é demonizada” (SAWAIA, 2004, p. 41). Durante longo período foi analisada como espaço de alienação, de reprodução social das desigualdades, das emoções e da irracionalidade. Para essa autora, a crença predominante era de que a família seria extinta e que perderia suas principais funções referentes ao cuidado e à educação; acreditava-se que poderia ser substituída por comunidades, grupos e sindicatos. Porém, essa extinção não ocorreu; pelo contrário, a família foi sendo cada vez mais valorizada.

Ariès (1981) faz um estudo das mudanças que ocorreram no seio da família. Considera que a família do século XVII se diferenciava da família moderna, pois a primeira ainda estava envolta em densa sociabilidade, isto é, não havia separação entre o público e o privado; enquanto a família moderna se caracteriza pelo grupo formado por pais e filhos e por maior privacidade e individualidade.

Contudo, para o autor, a partir do século XVIII as mudanças ocorridas na sociedade (como a industrialização, a Revolução Francesa, entre outras), contribuíram para que o modelo de família nuclear burguesa se estendesse às demais classes sociais, sendo naturalizado e idealizado por todos os membros da sociedade capitalista vigente.

Esse modelo é baseado na hierarquia e na subordinação, no poder e na obediência, tendo sido o mundo externo fixado como espaço masculino e o interno como feminino.

Engels (1985) analisa a família no contexto da reprodução das relações sociais e da força de trabalho. Considera que a família nuclear tem sua origem no desenvolvimento da classe burguesa e na necessidade de conferir ao casamento um caráter monogâmico. Para ele, embora a monogamia tenha representado um progresso para a humanidade, ela surgiu num

período histórico contraditório, em que a apropriação da riqueza por um pequeno grupo (proprietários dos meios de produção) trouxe o desenvolvimento para alguns à custa da exploração e da miséria de muitos.

Bilac (2000) aponta os limites de uma concepção que considera a família apenas como reprodutora da força de trabalho. Afirma que as famílias operárias revelam-se capazes de resistir à opressão e à dominação do capital e que as famílias pertencentes às camadas populares constroem um modo de vida próprio, com valores diferentes dos da família burguesa.

O modelo de família predominante no Brasil-Colônia foi o da família patriarcal, que se instalou em regiões de latifúndios, como fazendas e engenhos de açúcar. Era caracterizada pela composição de diversos agregados, como: escravos, criados e padres (SAMARA, 1987). Esse modelo de família foi considerado durante muito tempo como homogêneo no país, o que vem sendo questionado, pois a historiografia tradicional não levou em consideração outros tipos de organização familiar existentes nos diversos grupos sociais. Para Da Matta (1987), o modelo de família patriarcal estava presente nas classes dominantes e ausentes nas camadas populares.

Essas reflexões indicam que os formuladores de políticas públicas devem definir claramente o conceito de família que orienta suas ações e também considerar as mudanças vividas pela família no Brasil. Sem esse olhar, as ações governamentais não se direcionam para as necessidades específicas das famílias, e estas não recebem a proteção necessária para assumir um papel de apoio aos indivíduos num mundo em rápida transformação.

3 Transformações na composição familiar

O processo migratório ocorrido no Brasil, principalmente a partir dos anos 1960, gerou impactos significativos na estrutura familiar. Enquanto no campo sua identidade era construída na relação com o trabalho, ao virem para a cidade, as famílias são submetidas a trabalhos precários e a baixos salários e perdem suas raízes e redes de sociabilidade, o que gera a necessidade da reconstrução de sua identidade (BILAC, 2000).

As descobertas científicas e revoluções tecnológicas também provocaram impactos na composição familiar. Para Sarti (2004), a pílula anticoncepcional separou a sexualidade da reprodução e ampliou a inserção da mulher no mundo do trabalho, introduziu a dimensão da escolha no universo da família e abalou o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher e mãe.

As famílias têm sofrido alterações em sua dinâmica (tamanho, novos arranjos, inserção da mulher no mundo do trabalho) que modificam os mecanismos tradicionais de solidariedade, as relações de autoridade, as divisões de papéis, entre outros.

No Brasil cresce também o número de famílias reconstituídas, recasadas, constituídas de homossexuais, unipessoais, extensas e monoparentais. As últimas são definidas como “aqueles lares em que vive um único progenitor com filhos que ainda não são adultos” (VITALE, 2002, p. 46). Esse modelo de família tem maior incidência nas classes empobrecidas. Há presença marcante da mulher-chefe de família, pelo fato de o homem se encontrar mais vulnerável diante da violência, do desemprego, da bebida e das drogas, levando-o a abandonar o lar e a perder o papel de provedor da família.

Sarti (2004), contrariando a idéia de que a família se constitui em núcleo, afirma que as famílias pobres se constituem em rede familiar que ultrapassa os limites da casa. As mulheres-chefes de família, ao terem de trabalhar, transferem responsabilidades para tia, avó, vizinha etc. Há uma coletivização dos cuidados pelas crianças, em que é construída uma lógica de obrigações morais. Os laços consangüíneos já não são tão importantes, as relações com parentes de sangue levam em consideração a capacidade de oferecer algo a si mesmo ou a outrem, receber, retribuir e confiar. Para essa autora, entre os pobres a família é central, “não apenas como rede de sociabilidade e ajuda mútua. A família é uma referência que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar” (SARTI, 2004, p. 33).

Entretanto, a centralidade valorizada pelos programas de transferência de renda se refere mais à realização de parceria, ao envolvimento da família no cumprimento das condicionalidades. Muitos programas sociais idealizam as famílias, adotam um modelo prévio, e, quando a família se distancia desse modelo, é vista como “desestruturada”, “desajustada”, “incompleta” e “delinqüente”. Essa concepção impede que muitos técnicos e gestores de políticas públicas estabeleçam uma relação em que a família seja a protagonista. Sarti (2004, p. 27) questiona: “Qual a concepção de família, segundo aqueles a quem se dirigem as políticas sociais, os ‘pobres’? E qual a concepção de pobreza subjacente a essas políticas que faz do pobre um outro?”

A revisão teórica indica que o programa Bolsa Família, embora coloque a família como central, não cria condições para que ela exerça seu poder; transfere responsabilidades pela permanência das crianças na escola, além de outras obrigações, mas não oferece políticas sociais que a incluam numa rede de proteção social.

Nem sempre os programas de transferência de renda consideram as mudanças ocorridas no mundo familiar: os novos arranjos, a perda da identidade com o processo de migração do campo para a cidade, os mecanismos de resistência das famílias empobrecidas, sua articulação em redes, a predominância de famílias monoparentais, seus valores, crenças e lutas. Estes fatos apontam para contradições, pois o discurso sobre a centralidade não

considera a família vivida, não possibilita que expressem suas demandas e necessidades.

Essas reflexões indicam que, ao conceber a família como central, o Estado deveria: ter uma definição clara do conceito de família (superando preconceitos e visões estereotipadas); considerá-la uma instituição contraditória e identificar suas fragilidades para cumprir seu papel no âmbito da reprodução social; considerar as mudanças ocorridas nas famílias, suas demandas e necessidades; distinguir a família idealizada da família vivida (SZYMANSKI, 2000); assumir suas responsabilidades pela proteção social da família e como garantidor de direitos; desenvolver políticas mais efetivas que considerem as novas determinações da desigualdade social no Brasil; tomar decisões que comprometam e envolvam as famílias como protagonistas.

4 Resultados

O perfil das famílias tem como base pesquisa realizada por Sobrinho (2006), que analisou 83 cadastros de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família residentes no bairro Nova Rosa da Penha e cujos filhos estudam na escola Zaira Manhães de Andrade.

Foi constatado que 93,97% dos beneficiados são mulheres. A composição familiar que apareceu nesses cadastros foi: 42,16% solteiros, 42,16% casados, 1,2% divorciados, 8,43% separados e 4,81% viúvos, o que demonstra diversidade nos arranjos familiares. No que se refere à raça e cor, constatamos que a maioria (53,01%) se considera parda, 28,91% dos cadastrados se declararam brancos, 16,86% negros e 1,2% indígenas.

Quanto ao grau de instrução dos titulares do benefício, 41% não possuem a 4ª série do ensino fundamental completa, fato que é agravado ainda mais quando verificado o índice de analfabetismo (10%). Em contrapartida, somente 1% possui o ensino médio completo. A população inserida nos programas de transferência de renda não tem acesso às políticas na área educacional.

No que se refere à qualificação profissional, a pesquisa realizada por Sobrinho (2006) aponta que entre os 83 representantes das famílias cadastradas: seis são assalariados com carteira de trabalho assinada; seis assalariados sem carteira de trabalho assinada; 14 autônomos sem previdência social; oito aposentados ou pensionistas; e 45 em situação de não-trabalho. Um número significativo das famílias beneficiadas encontrava-se, no momento do cadastro, sem fonte de renda fixa.

Conforme reflexões de Bilac (2000), os trabalhos precários e os baixos salários incidem diretamente sobre a identidade das famílias. Os estudos sobre as famílias monoparentais (VITALE, 2002) também se confirmam no perfil das famílias, cujos titulares do benefício são em sua maioria mulheres, com baixa escolaridade, sem fonte de renda fixa, com diferentes tipos de arranjos familiares.

Com a utilização da técnica do Teatro do Oprimido na coleta de dados, foi valorizada a história de cada família. Elas tiveram oportunidade de se expressar livremente, e suas opiniões foram ouvidas. Assim, deixaram transparecer a percepção que têm sobre a centralidade da família no programa.

Os resultados da pesquisa confirmam as contradições já apontadas: de um lado, o Estado transfere a responsabilidade para as famílias, por outro, as famílias exigem que o Estado cumpra com suas obrigações e ofereça políticas sociais eficazes, que garantam o enfrentamento da pobreza, como será visto a seguir.

Alguns familiares questionaram a centralidade que vem acompanhada de condicionalidades, como: a frequência escolar e a vacinação dos filhos. Consideram que essas são desnecessárias, uma vez que não é preciso impor à família o que lhe cabe em relação aos seus filhos:

Os pais sofrem imposições, pressão, os pais sabem como criar seus filhos (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Com esta fala, afirmam sua autonomia e capacidade de educar, independente da exigência do Estado; ao mesmo tempo denunciam a omissão do Estado, que não oferece as bases para o cumprimento das condicionalidades. Apontam como exemplo dessa deficiência a inexistência de posto de saúde no bairro, obrigando os moradores a dirigir-se à unidade de saúde do bairro vizinho. Tal unidade não dá conta da demanda dos dois bairros, pois faltam médicos, vacinas etc., e o atendimento é muito demorado, forçando-os a ficar horas e horas em filas, sem, às vezes, conseguirem o atendimento necessário.

Pra que tanta exigência, se para pesar meus filhos tive que ficar numa fila grande e as crianças sofrendo no sol? (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Além disso, a exigência de manter em dia o cartão de vacina conflita com a situação de não ter vacina no posto de saúde, fato que não é entendido na hora do cadastramento.

Todo ano tem que cadastrar, e, se o cartão de vacina não estiver em dia, eles não fazem o cadastramento (pai no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Para cumprir as condicionalidades, as mães que trabalham fora, contam com a família e com as redes de solidariedade; no entanto, aquelas que não possuem essas redes acabam tendo dificuldades para cumpri-las.

No que se refere à escola, as famílias relataram que essa instituição não tem contribuído para a educação das crianças e dos adolescentes, uma vez que a qualidade do ensino é baixa, muitos profissionais não são qualificados, não existem projetos direcionados para as demandas da população, os pais não são envolvidos em atividades. Soma-se a isso o fato de a escola não considerar as dificuldades de aprendizagem que algumas crianças apresentam. Foi relatado que há crianças que estão na 5ª e na 6ª série e ainda não sabem ler corretamente; eles acreditam que, se a escola oferecesse aulas de reforço, ajudaria a

resolver o problema.

Criticam a obrigatoriedade da frequência escolar sem a contrapartida do Estado, que deveria oferecer um ensino público de qualidade. Afirmaram, ainda, que a escola não abona as faltas em caso de doença, mesmo que o aluno apresente atestado médico; tal fato, segundo eles, não deveria ocorrer, já que resulta na perda do benefício.

Muitos alunos, mesmo que não faltem não aprendem, e o fato de estarem na escola não quer dizer que ele vai aprender (avó no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Suas expectativas em relação à escola é que esta prepare seus filhos para um emprego digno; gostariam que a escola preparasse mão-de-obra técnica qualificada e oferecesse bons cursos de inglês e de informática.

Com essas reflexões as famílias demonstram a sobrecarga com o fato de serem consideradas centrais pelo programa Bolsa Família, e denunciam a omissão do Estado na área da saúde e da educação.

Quanto ao Estado, os participantes acreditam que a função dele não é dar um benefício como o Bolsa Família, e sim prover empregos e salários que possibilitem aos pais sustentarem suas famílias.

O governo não tem que dar Bolsa-Escola, nem Bolsa-Família, nem 'bolsa-nada', tem que dar um salário mínimo digno, como quando foi criado por Getúlio Vargas. O salário antigamente dava para ter educação, saúde, lazer, alimentação (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Ressaltaram a necessidade de o Estado se preocupar mais com a educação e saúde e, principalmente, com a geração de emprego.

O Governo gasta muito com segurança pública por falta de trabalho, de salário digno. O Governo deveria se preocupar mais com o trabalho (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

A prefeitura se preocupa mais com o campo de futebol do que com o posto de saúde (avó no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

As famílias têm um discurso crítico quanto ao papel do Estado. Demonstram que não têm uma relação de submissão e subserviência.

Quanto às mudanças ocorridas nas famílias a partir da inclusão no programa, alguns participantes relataram melhoras e outros disseram que nada mudou. Os primeiros colocaram que a mudança deve-se ao fato do poder de compra das famílias ter aumentado com o benefício. Eles afirmaram que o dinheiro possibilita comprar alimentos, roupas para os filhos e material escolar.

Pra mim ajudou bastante. Se hoje minhas filhas andam calçadas é graças ao Bolsa Família (pai no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Outros acreditam que, ao passarem a receber o benefício, as condições de vida, como qualidade na educação e saúde, não melhoraram.

O valor do benefício é baixo, pode até propiciar mais poder de compra, mas não supre as

necessidades, não propicia lazer, melhoria na saúde, educação e alimentação (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

O dinheiro ajuda, mas não resolve (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Essas falas reforçam a reflexão de Behring (2003, p. 253), que aponta que os programas de transferências monetárias possuem uma abordagem compensatória e focalizada da pobreza e, sobretudo, da indigência.

No que se refere ao acesso às informações sobre o programa, foi relatado pelos beneficiários que essas são repassadas pelos agentes de saúde e que a escola, como a Secretaria de Ação Social do município, não dá as informações necessárias. Também discutiu-se a má qualidade dos serviços oferecidos por essa secretaria, cujo sistema encontra-se sempre fora do ar e há muita demora no atendimento, além de estar localizada em Campo Grande, bairro do município de Cariacica, que é distante de Nova Rosa da Penha. Uma questão que fica é: que centralidade é essa, que não prioriza a informação como fonte de proteção, de capacitação, de autonomia das famílias?

Com relação ao valor do benefício, alguns consideram insuficiente e dizem que ele não acompanha o aumento dos preços.

[...] era pra ter aumentado porque o gás aumentou (pai no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Eles também não conseguem entender por que o valor do benefício varia de uma família para outra. Enquanto uns recebem R\$ 15,00, outros recebem R\$ 95,00, e assim por diante.

Se fosse colocado o Bolsa Família como R\$ 95,00 pra todo mundo, seria melhor. Eu queria que todo mundo recebesse igual (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Foi verificado que as famílias utilizam o valor do benefício para a compra de alimentos e gás em primeiro lugar, depois para material escolar, calçados e vestes.

Divido o material escolar em várias prestações, no valor de 15,00 (avó no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Vou comprando aos poucos (compro 15 kg de arroz, 13 litros de óleo) à medida que o dinheiro vai saindo (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

Percebe-se que este valor recebido só permite ações em curto prazo, para suprir necessidades imediatas, não dando a essas famílias possibilidade de se emanciparem, passando a não dependerem mais do benefício. Esses depoimentos mostram que a família não está em condições de ser considerada fonte privilegiada de proteção social; pelo contrário, é preciso que o Estado lhe dê essa proteção não só em benefício monetário. Esses resultados confirmam reflexões de Pereira (2004) de que as políticas direcionadas às famílias não geram impactos em sua dinâmica e estrutura.

No entanto, outras questões surgiram no encontro com as famílias, como o problema da violência no bairro e a importância do emprego para os pais, principalmente a preocupação

com o futuro dos filhos. Eles também reclamaram das políticas governamentais, que às vezes não atendem às suas reais necessidades.

Compreende-se que essa ênfase no trabalho vem das necessidades reais de se manterem, uma vez que essas famílias fazem parte de uma rede de desprovidos sociais, que quase nunca são inseridos no mercado formal de trabalho. Para eles o trabalho reflete a proteção e a garantia de sua sobrevivência.

Conclusão

Mediante essas reflexões sobre família entendemos que a categoria família é histórica, social e culturalmente construída; portanto, não cabe em apenas um único conceito. A variabilidade de experiências de família bem como a história de vida familiar de cada um é o que vão possibilitar que cada indivíduo simbolize e resigne o que é família. As políticas sociais têm de considerar esta realidade; isto é, no estabelecimento de programas não é a família que tem de se adaptar a um modelo pré-concebido pelos técnicos responsáveis. A centralidade deve significar dar voz às famílias, que elas possam expressar suas demandas e necessidades na agenda pública, que possam exigir do Estado o apoio e a proteção social necessários.

Os programas de transferência de renda, desde a década de 1990, sofreram mudanças significativas, mas ainda não conseguem atingir seus objetivos. Quando foram introduzidas as políticas de transferência de renda, o benefício era dado em forma de alimentos; hoje é em espécie, o que proporciona maior autonomia à família, uma vez que é ela que irá decidir sobre o que fazer com o dinheiro. Esse fato foi confirmado na coleta de dados; os participantes relataram que o benefício possibilita comprar de acordo com suas necessidades, como: alimentação, roupas e materiais escolares.

Entretanto, mesmo com o avanço na mudança da forma do benefício, essas políticas ainda são insuficientes, pois elas não são aplicadas na sua plenitude; isto é, com relação aos municípios, as prefeituras ainda não estão estruturadas para dar contrapartida, principalmente os municípios com menor arrecadação, o que gera obstáculos na implementação dos programas e na efetivação de seus resultados (SILVA E SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2004).

Ainda foi observado na coleta de dados que as famílias participantes da pesquisa são carentes tanto de bens materiais como de serem ouvidas. As reclamações acerca da forma como o programa funciona também foram constantes, principalmente no que se refere às longas filas para fazer o cadastramento e à dificuldade de acesso ao posto de saúde. Além disso, constatou-se que, apesar de a Assistência Social estar incluída no campo do

direito, legalmente instituída através da Constituição Federal como um **direito** do cidadão, as famílias beneficiárias não concebem o programa Bolsa Família como um direito, e sim como uma ajuda. Essa concepção nos remete ao formato das políticas sociais brasileiras, que historicamente estiveram associadas ao assistencialismo, ao clientelismo, ao coronelismo e a relações de favor.

O valor do benefício não contempla as necessidades das famílias, dado que seu valor é irrisório; o que caracteriza essas políticas como focalistas e eletivas, não sendo, portanto, universais.

Isto faz com que o benefício seja uma compensação, já que as famílias recebem uma quantia para manter os filhos na escola, além dessa servir de ajuda na renda familiar. A partir do momento em que o Programa de Renda Mínima priorizou a família, passou a exigir dela que cumpra essa dentre outras condicionalidades. Entretanto, o Estado não oferece um ensino de qualidade que possa propiciar aos beneficiários uma qualificação profissional e cidadã, uma vez que as escolas públicas não são estruturadas, não possuem profissionais qualificados e bem remunerados, fato que desestimula a frequência às aulas, dando motivo para que se lance dúvida sobre a validade de estudar nessas condições.

Você é obrigado a manter o filho na escola, mas não importa qual é o ensino que esta escola oferece (mãe no Grupo Teatro do Oprimido, 2006).

O programa Bolsa Família não vai além do repasse monetário, as famílias não estão sendo capacitadas, potencializadas a participar da comunidade em que estão inseridas ou noutros espaços públicos. Além disso, os beneficiários do programa nem ao menos estão informados sobre ele. Foi o que se constatou por ocasião da coleta e análise dos dados; as famílias diziam não saber explicar por que o Bolsa Escola passou a denominar-se Bolsa Família. Elas mostraram não entender o objetivo do programa, não conhecer suas condicionalidades e a razão da diferença na quantia recebida por cada família.

Constatou-se que o programa Bolsa Família não está totalmente viabilizado no município de Cariacica; há desarticulação entre as secretarias e não são realizadas reuniões com as famílias. Que centralidade é essa em que a família não é ouvida? Esses fatos demonstram que o Bolsa Família está fragmentado no município de Cariacica e que não está modificando a realidade das famílias beneficiadas, tampouco a situação da escola e do bairro pesquisado.

As famílias questionam a própria centralidade que o Estado lhes dá, pois, segundo elas, são feitas muitas exigências sem que sejam oferecidas políticas públicas que assegurem melhores condições de vida para seus membros.

Referências

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. São Paulo: LTC, 1981.
- BEHRING, E. R. Ilustrações particulares da contra-reforma. In:____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003, cap. 5, p. 213-280.
- BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 29-38.
- BOAL, A. **Técnicas latino-americanas de teatro popular**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 13-21.
- DA MATTA; R. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA; A. M. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- GRUPO Teatro do Oprimido, Cariacica, 2006.
- MESTRINER, M. L. **A proteção social das organizações sem fins lucrativos: a regulação estatal da filantropia e da assistência social no Estado brasileiro**. PUC-SP, 2000. Tese apresentada à banca examinadora da PUC como exigência parcial para obtenção do título de doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2000, p. 353.
- PEREIRA. P. A. P. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências**. Brasília: NEPPPOS/CEAM/Unb. 1994.
- _____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES; M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SAMARA, E. M. Tendências atuais na história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M.; PAULA, S. G. (Org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- SARTI, C. A. Famílias Enredadas. In: Acosta, A.; Vitale, M. A. (Org.). **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2004, p. 21-37.

_____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org). **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2004, p. 41-42.

SILVA E SILVA, M.O; YASBECK, M. C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 -27.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 71, p. 45-62, 2002.

ZIMERMAN, D. E. e OSORIO, L. C. e Col. **Como trabalhamos em grupo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.